

SEXUALIDADE E GÊNERO: DESAFIOS NA FORMAÇÃO INICIAL EM PEDAGOGIA

SEXUALITY AND GENDER: CHALLENGES IN INITIAL TRAINING IN PEDAGOGY

Marcos Rogério dos Santos Souza¹

Denise Regina Quaresma da Silva²

Hildegard Susana Jung³

José Lucas Marques Duarte⁴

Resumo: O presente estudo tem como tema “sexualidade e gênero na formação inicial” e objetiva analisar se os currículos dos cursos de Pedagogia presencial, ofertados nas universidades e faculdades da região metropolitana de Porto Alegre contemplam disciplinas sobre sexualidade e gênero. Deste modo, refere-se a uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo descritiva, com procedimentos técnicos de revisão de literatura. O levantamento de materiais para análise dos currículos de Pedagogia presencial ocorreu nos sites das próprias instituições, tendo como descritor “Sexualidade e Gênero” neste processo de seleção. Para construção do referencial teórico buscou-se embasamento nos seguintes autores: Silva (1995), Sacristán (2000), Perrenoud (2001), Silva (2005), Grandino e Nogueira (1987), Britzman (1996), Louro (2000), Trasferetti (2008), Xavier-filha (2017), Foucault (2019), Soares e Monteiro (2019), Souza e Silva (2020) entre outros. Os resultados indicam que poucas universidades e faculdades, em seus currículos, ofertam disciplinas sobre Sexualidade e Gênero. O que evidencia uma formação inicial que precisa ser repensada, para fins de propiciar maior qualificação profissional aos docentes.

Palavras-chave: Formação Inicial. Currículos de Pedagogia. Sexualidade e Gênero.

Abstract: Focused on the theme of “sexuality and gender in initial training”, this study aims to analyse the curriculum of in-class Pedagogy courses offered by universities in the metropolitan area of Porto Alegre. Thus, it refers to a qualitative-descriptive research method with technical literature review procedures. The survey of materials for the analysis of the curriculum of on site Pedagogy courses was carried out on websites of the very institutions themselves, having “Sexuality and Gender” as its descriptor in this selection process. The theoretical frame of reference about curriculum is based on: Silva (1995), Sacristán (2000), Perrenoud (2001), Silva (2005). As to sexuality and gender, it is based on: Grandino and Nogueira (1987), Britzman (1996), Louro (2000), Trasferetti (2008), Xavier-filha (2017), Foucault (2019), Soares and Monteiro (2019) among others. The results show that there has been a sharp decline in the offer of in-class Pedagogy teaching courses. Additionally, subjects related to sexuality and gender are limited or they just do not exist in the curriculums.

Keywords: Initial Training. Pedagogy Curriculums. Sexuality and Gender.

1 Pedagogo, Psicólogo. Mestrando em Educação – Universidade La Salle. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2599695466143717> ORCID: 0000-0003-4444-0721. E-mail: marcosouzas@yahoo.com.br

2 Psicóloga. Doutora em Educação – Universidade La Salle. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9874159368391364> ORCID: 0000-0002-3697-8284. E-mail: denisequaresmadasilva@gmail.com

3 Pedagoga. Doutora em Educação – Universidade La Salle. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6822877165900478>. ORCID: 0000-0001-5871-3060. E-mail: hildegard.jung@unilasalle.edu.br

4 Psicólogo. Mestrando em Educação – Universidade La Salle. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7220426979837330>. ORCID: 0000-0003-4367-0736. E-mail: joselucas_91@yahoo.com.br

Introdução

A educação brasileira nos convida a refletir sobre os principais agentes envolvidos no processo de ensino e aprendizagem que são educadores, educandos/as e famílias. Desta forma, muitas vezes somos provocados a responder as questões ambientais, afetivas, cognitivas, culturais, econômicas, históricas, sociais, políticas e religiosas. Nesta lógica, também, somos chamados a responder as demandas sobre gênero e sexualidade que faz parte da diversidade humana, e que deve ocupar os currículos de licenciatura dos cursos de Pedagogia. Neste sentido, gênero e sexualidade são campo fértil para a relação ensino-aprendizagem significativas e as relações pessoais e profissionais que são atravessadas nas construções histórico-sociais.

Os temas gênero e sexualidade nem sempre figuram de maneira explícita nos currículos acadêmicos. Logo, é preciso subverter, problematizar, transgredir essa lógica e assegurar que todos os grupos sociais estejam e sejam colocados em discussão pelos currículos das instituições de ensino superior de formação de professores.

Sabe-se que a sexualidade é constituinte na pessoa, pois quando não se fala sobre sexualidade, o corpo fala, o espaço fala e o silêncio fala. Assim, é relevante citar que gênero e sexualidade, mesmo quando não se fazem presentes nas práticas pedagógicas, são circulantes nos discursos não ditos e se manifestam nos discursos “silenciados” das pessoas e da escola. Neste seguimento, de acordo com (MOREIRA; SILVA, 2005, p. 20): “Não é mais possível alegar qualquer inocência a respeito do papel constitutivo do conhecimento organizado em forma curricular e transmitido nas instituições educacionais”.

Deste modo, a educação e a escola são importantes espaços para reflexão, discussão e questionamentos sobre temas variados, e também é espaço para as inquietações provocadas pelos sujeitos sobre gênero e sexualidade. Esses temas buscam alcançar reverberação nos discursos de familiares, docentes e discentes, embora circulem livres entre os não ditos no espaço familiar, escolar e comunitário.

Sendo assim, sua sistematização e incorporação no discurso da educação e da escola são de suma importância, uma vez que pode ser o único espaço/ambiente em que as pessoas possam questionar o dogmatismo da heteronormatividade, do binarismo que impõe um único modo de pensar a/s masculinidade/s e feminilidade/s. O gênero e sexualidade são respostas da construção histórico-social na qual os seres humanos estão inseridos e, desta forma, é necessário questionar sobre os tempos, os espaços em que as pessoas circulam e quais as relações de poder que se exercem nessas relações. Conforme orienta a professora Guacira Lopes Louro (2000, p. 6): “A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura”.

Neste cenário, busca-se ponderar sobre as engrenagens que alicerçam a formação inicial dos docentes em Pedagogia presencial da região metropolitana da Grande Porto Alegre/RS, analisando os currículos de Pedagogia presencial das faculdades e universidades da região. Para tanto, parte-se da seguinte questão: os currículos dos cursos de Pedagogia presencial, ofertados nas universidades e faculdades da região metropolitana de Porto Alegre contemplam disciplinas sobre sexualidade e gênero?

Assim, a partir da análise, a pesquisa se propõe a verificar se os cursos de Pedagogia oferecem disciplinas obrigatórias sobre sexualidade e gênero em sua formação inicial. E ainda, se há oferta de disciplinas optativas e ou eletivas, e também o período/semestre do curso em que são oferecidas na proposta curricular.

Referencial Teórico

Sob o viés da formação de professores do curso de Pedagogia, sabe-se que são muitas as inquietações feitas por educadores que, saindo dos cursos de graduação, deparam-se com a realidade adversa ao quadro conjecturado no espaço acadêmico sobre gênero e sexualidade. Assim, pondera-se que, no discurso dos docentes, os temas pertinentes às necessidades dos educandos/as muitas vezes não fazem parte do currículo universitário, provocando em muitos recém-graduados angústias frente às questões socioculturais que se fazem presentes na prática pedagógica e que não encontram respostas na formação inicial docente e quiçá nos espaços de formação continuada oferecidos pelas escolas. Desta maneira, refletimos o que orienta Silva (1995, p.195): “O currículo tampouco pode ser entendido como uma operação destinada a extrair, a fazer emergir, uma essência humana que pré-exista à linguagem, ao discurso e à cultura”.

Nesta perspectiva, há necessidade de currículos acadêmicos⁵ que possam sustentar a formação dos futuros educadores com saberes interdisciplinares. Observa-se que na prática docente existem temáticas necessárias para a formação discente. Deste modo, essas temáticas necessitam encontrar amparo na formação dos profissionais e precisam estar para além do saber técnico na área de formação profissional dos futuros docentes.

Pondera-se que gênero e sexualidade sempre estiveram de maneira transitória na construção das identidades dos indivíduos que circulam e compõem o espaço escolar. A partir dessa concepção, amplia-se a compreensão a todas as pessoas e não apenas aos educadores, uma vez que gênero e sexualidade são partes da constituição do ser humano e essa constituição também ocorre nas relações histórico-sociais criadas no tempo e no espaço. Para Trasferetti (2008, p.127): “O corpo é um objeto de representações, de manipulações, de cuidados e de construções culturais próprias de cada contexto sócio-político”. Desta forma, o autor propõe que o corpo passa a ocupar papel de prestação de serviço à cultura na qual ele está inserido e de ajuste ao que é veiculado por meio cultural. De acordo com Britzman (1996, p. 74) “[...] toda identidade sexual é um constructo instável e volátil, uma relação social contraditória e não finalizada.” Para Grandino e Nogueira:

O sexo, a sexualidade vem de muito tempo antes. Vem da fala dos genitores (biológicos ou sociais), vem inscritos no corpo sob a forma de órgãos. Órgãos que nem sempre bastam para determinar o futuro. Há todo um caminho cultural a ser trilhado para que o portador do órgão (masculino ou feminino) se complete com uma estrutura psíquica e uma função cultural correspondente a seu sexo. (GRANDINO; NOGUEIRA, 1987, p.36).

Diante disso, é necessário que sejamos qualificados em nossos discursos para que não venhamos a reproduzir velhos dogmas/paradigmas que se constroem sobre o que seja gênero e sexualidade. Conforme Souza e Silva (2020, p.103), “Os temas sexualidade e gênero são questões centrais no desenvolvimento humano, não pode haver omissão sobre essas questões tão fundamentais às crianças e aos adolescentes.” Sob este ponto de vista, há de se considerar as habilidades e competências profissionais que são desenvolvidas nas faculdades e universidades presenciais de Pedagogia da região metropolitana de Porto Alegre/RS sobre sexualidade e gênero. Neste seguimento, Perrenoud propõe:

Entre o desabrochar do indivíduo e sua integração na sociedade, entre o desejo de igualdade e o respeito pelas diferenças, entre os interesses do professor e os do aluno, entre o projeto pessoal do professor e sua fidelidade ao mandato recebido, existe uma tensão intransponível. O professor navega à deriva ou, se preferimos, avança como um equilibrista, sem jamais estar certo de ter encontrado um equilíbrio estável, tentando conciliar o inconciliável, como misturar água e fogo (PERRENOUD, 2001, p.22).

⁵ O currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade. (SILVA, 2005, p.150).

A formação inicial docente possibilita ao educador/a fazer relação entre o saber técnico do qual é possuidor e criar condições metodológicas, técnicas para possibilitar “aprendizagens significativas”. Portanto, no caso em tela os profissionais da educação saem preparados para ministrarem aulas a estudantes que conseguem se desenvolver com base nas propostas pedagógicas alinhadas pelos docentes com saberes acadêmicos. Mas é sabido que estamos muito aquém da formação integral que se apresenta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996 (LDBEN). Neste sentido, há limitação na prática docente para mediar as dificuldades de aprendizagem e também sobre questões atinentes à sexualidade e gênero. Para Silva:

O sujeito não “existe”: ele é aquilo que fazemos dele. Subjetividade e relações de poder não se opõem: a subjetividade é um artefato, é uma criatura, das relações de poder; ela não pode, pois, fundar uma ação contra o poder. É esse precisamente o sentido da expressão “tecnologias da subjetividade”: subjetividade é um efeito, não a origem. As pedagogias emancipatórias que se fundamentam no pressuposto da filosofia da consciência tomam, pois, como fonte original de oposição precisamente aquilo que deveria ser, antes de mais nada, problematizado. (SILVA, 1998, p.10).

A região metropolitana da grande Porto Alegre/RS é composta por trinta e dois municípios e com grande densidade demográfica, sendo um polo econômico e cultural. Assim, observa-se que essa região apresenta forte concentração de universidades e faculdades que ofertam os mais variados cursos para formação profissional aos seus habitantes de forma presencial e educação a distância (EaD).

Na região metropolitana encontram-se faculdades e universidades com sede de grande e pequeno porte, sendo que em alguns municípios onde não há instituições universitárias, há polos de educação superior semipresencial e/ou EaD, oferecendo formação inicial e/ou continuada em cursos de licenciatura e bacharelado.

Nesta sequência sobre currículo, Sacristán (2000, p.17) nos orienta que: “Os currículos são a expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento, enquanto que através deles se realizam os fins da educação no ensino escolarizado”. Em Soares e Monteiro (2019, p.295): “[...] desestabilizar padrões existentes e criar condições para que os/as professores/as repensassem suas visões, discursos e práticas associadas à sexualidade, questionando o senso comum e as construções sociais baseadas nas diferenças biológicas”.

Assim sendo, alinha-se a pesquisa sobre os currículos das faculdades e universidades públicas e privadas que oferecem o curso de licenciatura em Pedagogia presencial, com vistas a compreender a formação inicial sobre as pedagogias que dialoguem com os temas “sexualidade e gênero” nas escolas de educação básica. Outrossim, salienta-se que nossa pesquisa não buscou as ementas das disciplinas na investigação, pois concentrou-se o *locus* investigativo no currículo apresentado nos sites das faculdades e universidades que se encontram à disposição para acesso nos endereços eletrônicos das respectivas instituições.

Observa-se que as demandas socioculturais das minorias historicamente excluídas precisam ocupar espaços nos currículos universitários e nas práticas docentes dos futuros profissionais em Pedagogia. Nesta lógica, busca-se forjar currículos e identidades que possam romper com a visão reacionária. Busca-se, assim, romper com os determinismos e a visão binária de homem e mulher, de feminilidades e masculinidades. Ainda em Sacristán:

Exige-se dos currículos modernos que, além das áreas clássicas do conhecimento, dêem noções de higiene pessoal, de educação para o trânsito, de educação sexual, educação para o consumo, que fomentem determinados hábitos sociais, que previnam contra drogas, que se abram aos novos meios de comunicação, que respondam às necessidades de uma cultura juvenil com problemas de integração no mundo adulto, que atendam aos novos saberes científicos e técnicos, que acolham o conjunto das ciências sociais, que recuperem a dimensão estética da cultura, que se preocupem pela deterioração do meio ambiente. (SACRISTÁN, 2000, p. 58).

Os currículos dos cursos de licenciatura apresentam, em sua organização, disciplinas que contemplam uma intencionalidade, um projeto de educação que deve estar alinhado ao discurso que representa os docentes, discentes e comunidade. Mas é preciso refletir se a intencionalidade do projeto curricular está alinhada à busca pela autonomia da pessoa, ou, se está a serviço da manutenção de discursos que possam representar interesses de segmentos políticos, religiosos, científicos, culturais e sociais que definem e sustentam práticas pedagógicas alinhadas à exclusão das minorias nos currículos acadêmicos, conforme (SILVA, 2005, p.29): “Reconhecer que o currículo está atravessado por relações de poder não significa ter identificado essas relações”.

Compreende-se que há uma multiplicidade e uma infinidade de possibilidades para o ser humano constituir-se enquanto pessoa a partir da construção histórico-social. Contudo, precisa-se estar vigilante e compreender que a formação docente perpassa o currículo universitário, embora este não seja definidor de sua prática pedagógica. Temos um caminho sinuoso quando pensamos em temas como sexualidade e gênero. Nesta continuação, as especificidades pedagógicas, as propostas curriculares podem nos trazer um único rumo para a formação dos docentes, mas, visando uma intencionalidade para a construção da autonomia dos educandos na construção das identidades de gênero. Conforme Foucault:

Deve-se falar de sexo, e falar publicamente, de uma maneira que não seja ordenada em função da demarcação entre lícito e o ilícito, mesmo se o locutor preservar para si a distinção (é para mostrá-lo que servem essas declarações solenes e liminares); cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo (FOUCAULT, 2019, p. 27).

Por isso, acredita-se que os espaços acadêmicos são fundamentais para que os discursos sobre sexualidade e gênero se consolidem na prática dos futuros educadores e educadoras. É necessário criarmos nos currículos acadêmicos espaços para que os futuros docentes possam refletir sobre sexualidade e gênero e, desta forma, subverter os conceitos criados e dados como única forma de expressão da sexualidade, das masculinidades, das feminilidades e do gênero. Conforme Britzman:

[...] a identidade sexual está sendo constantemente rearranjada, desestabilizada e desfeita pelas complexidades da experiência vivida, pela cultura popular, pelo conhecimento escolar e pelas múltiplas e mutáveis histórias de marcadores sociais como gênero, raça, geração, nacionalidade, aparência física e estilo popular. (BRITZMAN, 1996, p. 77).

Não é possível continuarmos tratando sobre sexualidade e gênero nos currículos de forma silenciada/velada. É preciso que esse discurso ganhe voz e ressoe nos espaços sociais. Somos seres que nos constituímos nos espaços culturais, econômicos, históricos, sociais, políticos, religiosos e essa gama de possibilidades não pode ser esquecida ficando apenas o viés biológico do sexo.

Procedimentos Metodológicos

O presente estudo se delineou com base em uma pesquisa qualitativa de natureza descritiva, sendo uma revisão de literatura. O levantamento de materiais para análise dos currículos de Pedagogia presencial, se deu nos sites das próprias instituições, tendo como descritores no processo de seleção: “Sexualidade e Gênero”.

Como análise de materiais, optou-se por realizar a análise de conteúdo conforme orienta Bardin (2008), na qual ocorre “[...] a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem” (BARDIN, 2008, p. 48).

Desta forma, o objetivo deste artigo se delinea sob o viés qualitativo, que segundo Silva e Menezes (2005), corresponde à pesquisa que busca a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados.

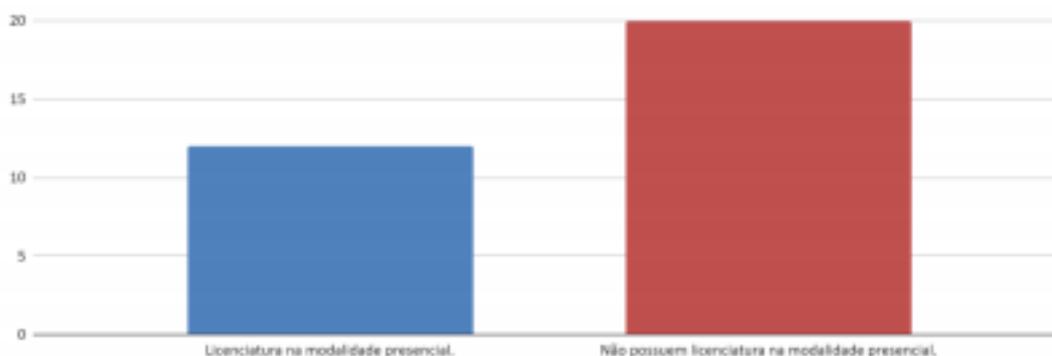
Foi considerado o número, o percentual de cidades atingidas pela pesquisa e o número de currículos de faculdades e universidades pesquisadas como suporte para a análise dos materiais. Identificou-se, por meio do descritor (Sexualidade e Gênero), em quais currículos dos cursos de Licenciatura em Pedagogia dos municípios da região metropolitana são contemplados os descritores sexualidade e gênero, a contar da oferta de disciplina no currículo obrigatório e também das disciplinas eletivas/optativas oferecidas pelas instituições de ensino. Salienta-se que o estudo se concentrou exclusivamente nos cursos presenciais de licenciatura em Pedagogia. O procedimento para a coleta de materiais foi realizado segundo pesquisa no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para saber quais são os municípios que compõem a região metropolitana da Grande Porto Alegre/RS.

Num segundo momento foi realizada pesquisa nos sites das faculdades e ou universidades que ofertam o curso de licenciatura em Pedagogia presencial. Primeiramente, utilizou-se como ponto de referência todos os municípios com o objetivo de localizar instituições que ofertam o curso de Pedagogia na modalidade presencial. No terceiro momento, buscou-se junto aos sites das faculdades/universidades apenas os currículos que ofereciam os cursos presenciais de Pedagogia. Por fim, com o número fechado de instituições 12 (privadas e públicas) utilizou-se os próprios sites como ferramenta para análise e obtenção dos descritores que já se tinha organizado previamente para construir as figuras que mostram o número de instituições em que os currículos contemplam os descritores sexualidade e gênero na formação inicial.

Resultado e Discussão

A pesquisa realizada nos sites das faculdades e universidades da região metropolitana da grande Porto Alegre/RS possibilitou fazer o levantamento de quantas instituições oferecem o curso de licenciatura de Pedagogia na modalidade presencial, sendo que, dos 32 municípios pesquisados, em 12 há oferta de licenciatura na modalidade presencial na região metropolitana, conforme a Figura 1.

Figura 1. Distribuição dos cursos de licenciatura na região metropolitana de Porto Alegre/RS.



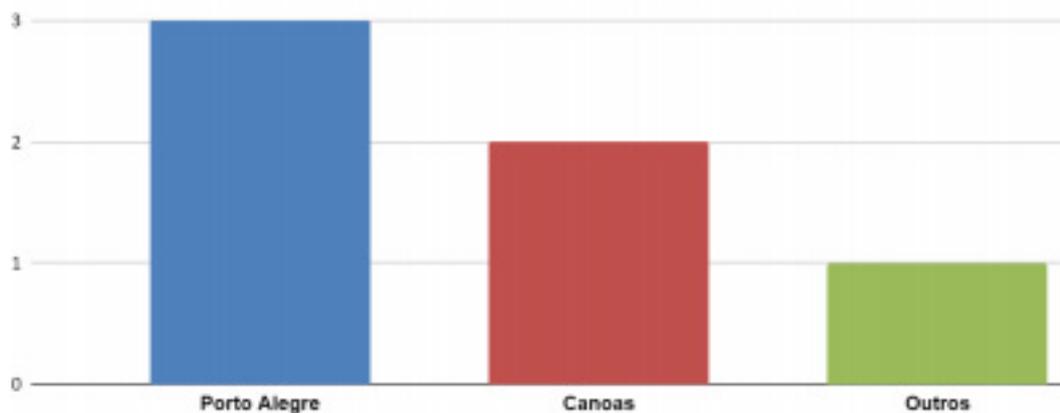
Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Sendo assim, podemos examinar a conjuntura política, econômica e social que vem afastando cada vez mais os/as jovens dos cursos de licenciatura. Não vislumbramos na atual conjuntura política do governo federal e estadual qualquer movimento que possa ressignificar esses paradigmas na construção da identidade docente. Logo, afastando futuros acadêmicos/as do curso de Pedagogia ou de outras licenciaturas.

Diante disso, podemos constatar a diminuição das vagas presenciais na rede privada de ensino superior e ampliação dos cursos a distância, enquanto que, na rede federal, observa-se o crescimento das

matrículas na modalidade presencial e queda na oferta das vagas na modalidade a distância, conforme os dados do Censo da Educação Superior⁶.

Figura 2. Cursos de Pedagogia presencial na mesma cidade da região metropolitana.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

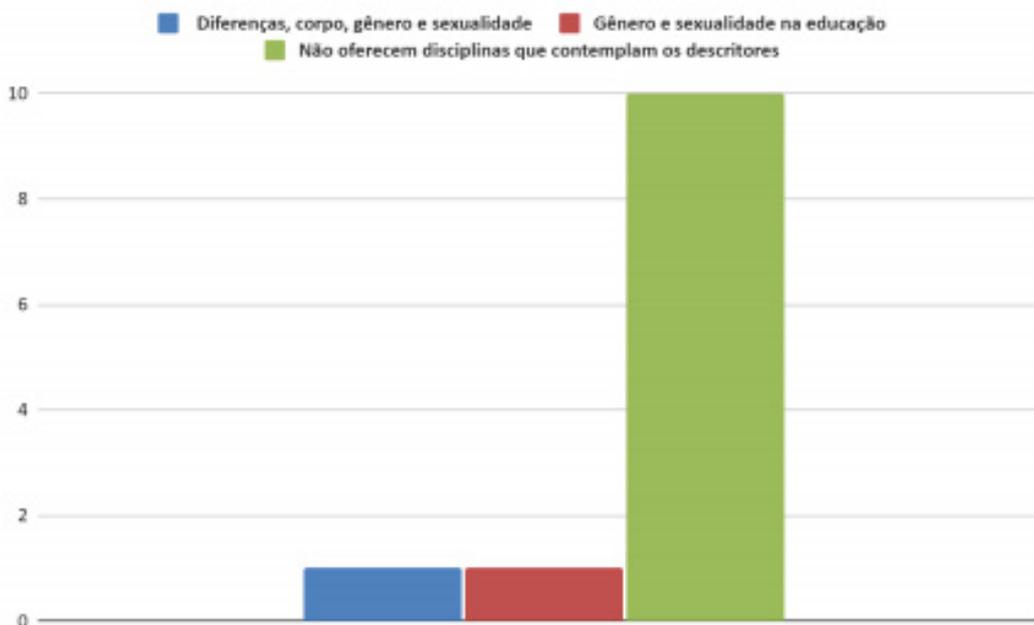
Na capital gaúcha, analisou-se, conforme a figura 2, três currículos – dois de uma universidade federal e um de uma universidade privada – que oferecem a licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial. Sobre os currículos da universidade federal destacamos que a instituição vem nas últimas décadas consolidando pesquisas sobre gênero, sexualidade, raça, cor, etnia, classe, religião, nacionalidade, geração, em articulação com a Educação a partir do GEERGE⁷. Destarte, justifica-se a preocupação na oferta de disciplinas nos currículos do curso de Pedagogia da faculdade de educação da universidade federal.

Já no município de Canoas, analisou-se o currículo de duas universidades privadas que oferecem o curso na modalidade presencial. Por fim, nos demais municípios que totalizam dez cidades, foi analisada apenas uma instituição tendo em vista que não havia a oferta do curso de Pedagogia em mais de uma faculdade e ou universidade. Pontua-se que nossa investigação não buscou a justificativa para a ausência ou implementação de disciplinas sobre sexualidade e gênero junto às faculdades e/ou universidades.

6 MEC/Inep; Censo da Educação Superior - 10 maiores cursos de graduação por modalidade (presencial e EaD) e rede de ensino - Brasil - 2018. Rede Privada - Número de matrículas na modalidade presencial Pedagogia: 242.595. Rede Privada - Número de matrículas na modalidade EAD Pedagogia: 515.057. Rede Federal - Número de matrículas na modalidade presencial Pedagogia: 43.778. Rede Federal - Número de matrículas na modalidade EAD Pedagogia:12.335.

7 Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero-, criado pela Prof.^a Guacira Lopes Louro em 1990, constituindo-se em um grupo de docentes e discentes ligados ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que se dedica a atividades de investigação, ensino e extensão. Gênero, sexualidade, raça/cor, etnia, classe, religião, nacionalidade, geração, em articulação com a Educação constituem-se no foco de atuação do grupo desde então. Fonte: <https://www.ufrgs.br/geerge/>

Figura 3. Disciplinas oferecidas nos cursos de Pedagogia com descritores de sexualidade e gênero.

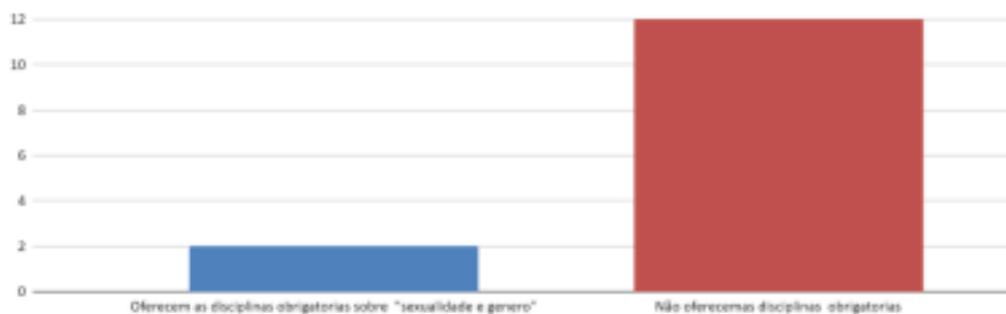


Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

É oportuno enfatizar que a figura 3 aponta que, das doze instituições analisadas, duas explicitam na sua matriz curricular os descritores sexualidade e gênero, aparecendo outras palavras que podem sugerir que seja proposto no currículo da instituição uma formação inicial pensada para as questões sobre sexualidade e gênero. Diante disso, a autora Constantina Xavier Filha (2017) aponta ser necessário promover espaços formativos em universidades, instâncias que possam criar oportunidades para disciplinas sobre sexualidade e gênero.

Na sequência, para análise, utiliza-se 14 currículos como demonstra a figura 4.

Figura 4. Número de currículos de Pedagogia presencial que oferecem disciplinas obrigatórias sobre: sexualidade e gênero.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

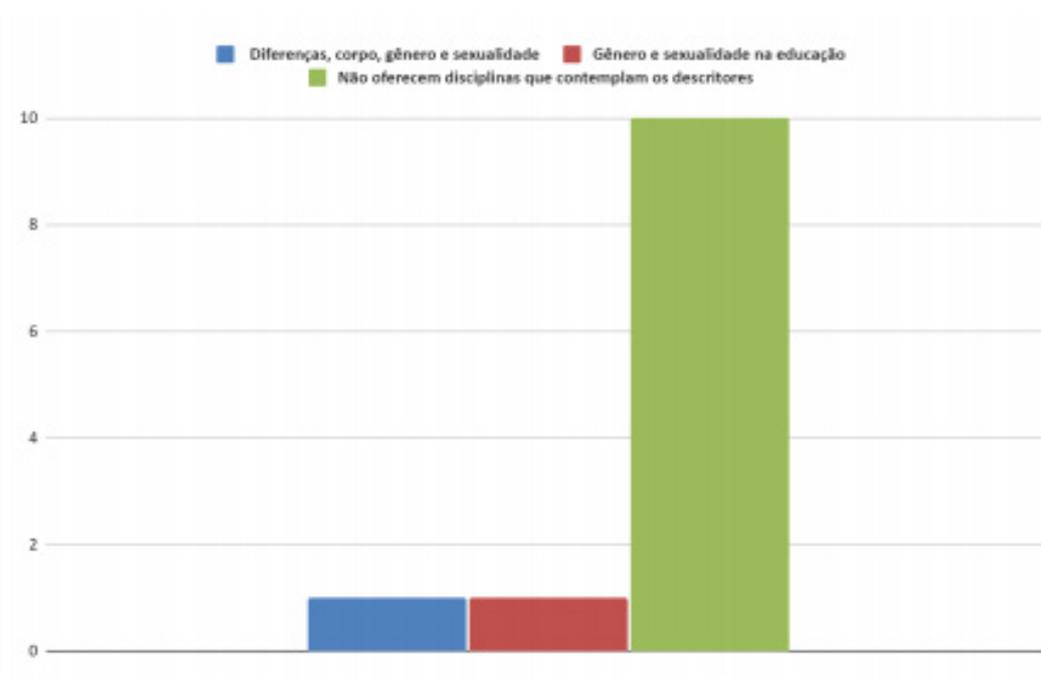
Em duas universidades é evidenciada a intencionalidade das instituições em trabalhar na formação inicial com a oferta de disciplinas que possam contribuir na formação pedagógica e quiçá na prática docente sobre esses temas sexualidade e gênero, sendo esses de suma importância para que os grupos historicamente excluídos sejam inseridos nos discursos e práticas pedagógicas. Neste sentido, é notório

que as instituições que oferecem em seus currículos reflexões, discussões sobre sexualidade e gênero, possibilitam espaços às minorias excluídas de outros currículos acadêmicos (XAVIER-FILHA, 2017). Neste caminho, Souza e Silva corroboram:

A escola é por natureza espaço que propicia o convívio e as relações entre os sujeitos, e é nesse ambiente que se pode e deve-se refletir sobre as possibilidades para que crianças, adolescentes, jovens, adultos e velhos, possam desconstruir e reconstruir paradigmas no que tange a sexualidade e o gênero (SOUZA; SILVA, 2020, p.3).

Chama atenção dois currículos com proposta curricular que trabalhe com a temática. Neste sentido, vale ressaltar que ainda estamos longe de uma formação docente que esteja alicerçada e preocupada com a formação integral de todas as pessoas que ocupam os espaços da escola.

Figura 5. Cursos de licenciatura em Pedagogia presencial, que oferecem disciplinas de sexualidade e gênero.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Os materiais coletados na pesquisa apontam que os currículos de duas instituições apresentam os descritores de sexualidade e gênero. Um dos currículos analisado é de uma faculdade particular e propõe a oferta da disciplina no primeiro semestre. Já no segundo currículo a oferta é no sétimo semestre, em uma universidade federal. Observa-se que dos currículos analisados, dois apresentam disciplinas sobre sexualidade e gênero.

Nesta perspectiva, precisa-se questionar quais são as funções reais de um currículo que forma pedagogos/as para atuação nos anos iniciais da educação básica e que não apresentam a preocupação em seus currículos de forma objetiva com os temas gênero e sexualidade, e, por conseguinte, não possibilitando que os futuros docentes possam estar preparados para as emergências que estão à volta na prática pedagógica sobre os temas propostos.

Desta forma é importante forjar currículos acadêmicos que possam romper com retrocessos e com os determinismos propostos pelos autores Silva (1995), Silva (1998), Sacristán (2000), Perrenoud (2001), Silva (2005). A construção curricular deve se sustentar na construção histórico social e alinhado numa

proposta pedagógica que garanta a liberdade e a autonomia nos espaços e práticas pedagógicas.

Buscando alicerçar nossa visão a partir dos autores Grandino e Nogueira (1987), Britzman (1996), Guacira Lopes Louro (2000), José Trasferetti (2008), Xavier-filha (2017), Foucault (2019), Soares e Monteiro (2019), Souza e Silva (2020), somos resistentes à visão biológica, binária, heteronormativa do que possa se constituir a sexualidade, gênero e as masculinidades e feminilidades.

Sabe-se que na escola circulam seres humanos que nem sempre o órgão genital basta para definir a multiplicidade que é a sexualidade e as identidades das pessoas, sendo necessário rompermos com o disciplinamento reacionário que engendram os currículos e o fazer docente.

Por fim, os resultados apontam a necessidade de reflexão por parte do corpo universitário responsável pela construção do currículo universitário. No entanto, pontua-se que seja de suma importância que as faculdades e universidades sejam espaços em que as minorias sejam e estejam representadas nos currículos.

Considerações Finais

Os resultados apresentados no decorrer desta escrita mostram uma redução significativa nos cursos presenciais de Pedagogia nas universidades e faculdades da região metropolitana da grande Porto Alegre/RS. A pressão sobre essas instituições recai sobre a pouca procura pela formação inicial docente, desencadeada pela falta de investimentos na formação de profissionais da educação básica e uma forte desconstrução da imagem e da carreira profissional docente.

É importante refletirmos que a desqualificação e o desestímulo dos jovens a procurar os cursos de licenciatura são provocados pela ausência de políticas públicas no âmbito federal, estadual e municipal. Além disso, existe a precarização da educação, com escolas sucateadas e também com profissionais desvalorizados.

Nesta perspectiva, observamos que, na grande maioria, os currículos das instituições de nível superior preparam o profissional para o exercício da docência de forma técnica, necessitando que seja ampliado o conceito de currículo, possibilitando conhecimentos em gênero e sexualidade. Principalmente, faltam currículos que dialoguem com a realidade histórico-social das comunidades onde estão inseridos os profissionais que saem dessas instituições. Sendo quase inexistente a preocupação com temas como gênero e sexualidade e, por sua vez, não há espaço para que as minorias sejam escutadas.

Nesse sentido, cabe ressaltar que os materiais apresentados nas figuras apontam: Figura 1, a *Distribuição de licenciatura em Pedagogia presencial na região metropolitana de Porto Alegre*, indica ausência significativa em 62,5% dos municípios sem a oferta do curso presencial e 37,5% dos municípios oferecem o curso na modalidade presencial em Pedagogia.

Na figura 2, observa-se a incidência de dois municípios sendo um a capital gaúcha com dois cursos totalizando 50%, e outro em Canoas, com dois cursos presenciais, 33%. Já nos demais municípios, totalizando dez, analisou-se um currículo de acordo com a oferta de curso presencial em Pedagogia de 16,67%.

A análise da figura 3, sobre os currículos de 12 instituições universitárias que oferecem o curso presencial de Pedagogia, constatou que 83,33% não apresentam em seus currículos componentes sobre sexualidade e gênero. Observou-se na pesquisa que 16,66% dos currículos apresentam disciplinas como: *Gênero e Sexualidade na Educação e Corpo, gênero e sexualidade*.

A figura 4 evidencia que 14,29% dos currículos de Pedagogia apresentam disciplinas obrigatórias que explicitam a intencionalidade de trabalhar gênero e sexualidade. Por outro lado, 85,71% dos currículos não oferecem disciplinas obrigatórias para os futuros docentes de Pedagogia.

Por fim, a figura 5 aponta que o número de currículos de Pedagogia presencial, que oferecem disciplinas obrigatórias sobre sexualidade e gênero, são de 28,56% e os demais, que totalizam 71,43%, não

demonstram na matriz curricular os descritores propostos na pesquisa.

As iniciativas sobre sexualidade e gênero ainda são incipientes, demonstrando o quanto precisa-se construir espaços para que os historicamente excluídos se façam representados nos currículos e nos cursos universitários. É importante compreendermos que a função docente está para além de domínios técnicos da profissão. Somos provocados a trazer a voz dos silenciados para dentro do espaço acadêmico/escolar, desconstruindo a visão binária, heteronormativa, que ainda sustenta a formação de muitos docentes na região metropolitana, como demonstrado nesta pesquisa.

Por fim, são necessárias mudanças urgentes nos currículos das instituições universitárias, onde as minorias possam se fazer presentes, e que os profissionais tenham formação inicial para construir um profissional forjado no diálogo e na compreensão de que somos pessoas e nos construímos, reconstruímos nas dinâmicas histórico sociais nas quais estamos inseridos, uma vez que as relações de gênero se transformam cotidianamente.

Portanto, esta pesquisa que se focou nos cursos de Pedagogia e abre espaços para a continuidade de futuros estudos na mesma temática, abrangendo todas as licenciaturas com o objetivo de verificar se há nos componentes curriculares os temas sexualidade e gênero que contemplem as minorias, rompendo com as desigualdades que permeiam os currículos acadêmicos.

Referências

BRITZMAN, Debora P., O que é esta coisa chamada amor Identidade homossexual, educação e currículo. **Revista Educação & Realidade**, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan. - jun. 1996.

GRANDINO, Adilson; NOGUEIRA, Durval. **Sexo ou Sexualidade. A visão da Psicanálise**. Porto Alegre: L & PM, 1987.

LOURO, Guacira Lopes (org). 2 ed. **O corpo educado: Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019.

O GEERGE – **Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/geerge/>. Acesso em : 27 de mar. 2021.

PERRENOUD, Philippe. **Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Liberdades Regulares: A pedagogia construtivista e outras outras formas de governo do eu**. 2 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 8 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Alienígena na sala de aula: Uma introdução aos estudos culturais em educação**. 9 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

SOARES, Zilene Pereira; MONTEIRO, Simone Souza. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educ. rev., Curitiba**, v. 35, n. 73, p. 287-305, fev. 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602019000100287&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 mar. 2021. Epub 02-Maio-2019. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.61432>.

TRASFERETTI, J. Corpo e Cultura: No contexto da sociedade brasileira. **Comunicação & Informação, [S. l.]**, v. 11, n. 1, p. 126-137, 2008. DOI: 10.5216/c&i.v11i1.7498. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/7498>. Acesso em: 6 abr. 2021.

TEIXEIRA, Educacionais Anísio. **Censo da Educação Superior 2019**. Divulgação dos resultados. Brasília - DF: 2020.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação** 4a edição revisada e atualizada Florianópolis. 2005.

SOUZA, Marcos Rogério dos Santos Souza, SILVA, Denise Regina Quaresma da Silva. Educação inclusiva: dialogando sobre sexualidade e gênero na formação continuada. **Revista Democratizar**, v. 13, n. 2, p.96-10, 2020.

SOUZA, Marcos Rogério dos Santos. DE OLIVEIRA, Carla. Psicanálise e educação: a transferência na educação infantil. **Revista Ciência & Trópico**, v. 44, n. 2, 2020.

SOUZA, Marcos Rogério dos Santos; SILVA, Denise Regina Quaresma. Escola, espaço de travesti? Quando a escola não acolhe, não escuta, a quadra sustenta e ampara? *In: VIII Congresso Iberoamericano de Investigación sobre Gobernanza Universitaria*. Bogotá, 2020.

XAVIER-FILHA, Constantina. Tecer e entretecer a vida: educação para as sexualidades e gêneros na formação docente. **Intermeio**, v. 23, n. 46, p. 215-236, 2017.

Recebido em 12 de outubro de 2021

Aceito em 13 de dezembro de 2021